

Cadernos CulturAche

ADEPAC: Cultura, Tradições e Costumes

Este suplemento é parte integrante do Boletim Informativo CulturAche –N.º 199 – NOVEMBRO 2021, Nº. III
Coordenação: Adalgisa Dias 



O Convento Franciscano de Idanha-a-Nova e o altar-mor da Matriz de São Miguel de Acha

A Ordem Franciscana

S. Francisco de Assis (1182-1226) já nasceu há 839 anos. Era filho de um rico e conceituado comerciante de tecidos na cidade de Assis, situada na Itália. Aos 25 anos, o jovem Francisco Bernardone verificando que a Igreja se tinha desviado dos ensinamentos de Cristo e vivia cercada de opulência, decidiu fazer votos de pobreza e começou a pregar a sua doutrina.

No ano seguinte, em 1208, pede autorização ao Papa Inocêncio II para fundar uma irmandade mendicante. Esta foi autorizada em 1219 e ficou na história com o nome de Ordem dos Frades Menores de S. Francisco. Dois anos depois, Francisco apresentou a Regra para a dita Ordem em que o lema era “observar o Santo Evangelho, viver da obediência, da castidade,

não possuir absolutamente nada e só dividir a pobreza.” A citada Regra foi aprovada em 1223 pelo Papa Honório III.

S. Francisco de Assis criou ainda a segunda Ordem Franciscana, a de Santa Clara, Ordem feminina, e a Ordem Terceira Franciscana, para os seculares que não pretendiam ou, ainda actualmente, não pretendam abandonar a sua vida familiar e cristã.

As disposições do Concílio de Trento (1545-1563), para além de manterem os votos de pobreza, obediência e castidade comuns, quer às ordens masculinas, quer às femininas, permitiram uma relativa liberdade de circulação aos membros das ordens religiosas masculinas e as femininas deveriam sujeitar-se a uma perpétua clausura.

No século XVI, as comunidades francis-

canas começaram a radicar-se no espaço geográfico do Distrito de Castelo Branco. O primeiro convento foi o da Senhora da Consolação, em Monfortinho (1515 a 1584), seguindo-se o da Senhora do Seixo, no Fundão (1526-1834), Santo António, na Covilhã (1553-1834) Santo António, em Castelo Branco (1562-1834), Santo António, em Penamacor (1571-1834), Santo António, em Idanha-a-Nova (1630-1834) e Santo António, na Sertã (1635-1834).

Dado que em 30 de Maio de 1834, foram extintas as Ordens religiosas, os seus bens foram incorporados na Fazenda Pública, tendo posteriormente, uns sido vendidos em hasta pública e noutros passaram a funcionar Serviços do Estado. De alguns dos Conventos não resta pedra sobre pedra, como é o caso do Convento de Nossa Senhora da Consolação em Monfortinho, e outros sofreram tamanhas alterações que pouco resta da sua matriz primitiva.

Embora com significativas alterações na cerca e no convento, por ter sido adaptado a residência familiar particular, a comunidade idanhense pode considerar-se feliz, por ainda se descortinar na actualidade a raiz da sua fundação.

(Foto 1 – Residência de Frederico Capelo Manzarra Franco (1935)

A fundação do Convento de Santo António em Idanha-a-Nova

Durante o domínio filipino em Portugal de 1580 a 1640, constata-se uma afirmação do povo português procurando revalorizar o tecido urbano das aldeias, vilas e cidades, quer edificando ou requalificando o património existente, numa afirmação identitária e também graças ao contributo da pregação do clero de matriz patriótica.

Na sinopse da obra *Parentética Portuguesa e a Dominação Filipina* (2) da autoria do Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universida-

de do Porto João Francisco Marques (1929-2015), alerta:

“Estudo histórico pioneiro, assente em vasto acervo textual, que revela a interferência da pregação portuguesa de matriz patriótica, ao longo do domínio filipino, na defesa e investigação do sentimento autonomista, esteio da identidade pátria, então sempre mais violentado que esmorecido. (...) Através de um discurso intencional ou insinuado, os oradores sacros, recorrendo a figuras e alegorias bíblicas acomodadas às circunstâncias históricas surgidas, actuavam no ânimo da comunidade e assim preparavam o triunfante golpe político de 1640.” (1)

Certamente, entre outras razões, por força da afirmação do sentimento patriótico e da identidade local e nacional, foi precisamente, durante o domínio filipino que a Vila de Idanha-a-Nova reedificou e edificou vários edifícios públicos e religiosos conforme consta dos alvarás assinados pelos reis espanhóis com pedidos dos oficiais da Câmara de Idanha-a-Nova. *Tais como o alvará de Filipe II que concedeu licença para o lançamento de uma finta de 100.000 réis cada ano sobre os moradores para a construção da nova Igreja Matriz, em 10 de Maio de 1600 e de um outro para com os sobejos das sisas pagar ao empreiteiro Pedro Sanches para se poder acabar a Igreja Matriz, em 15 de Março de 1613. Há também um outro alvará, datado de 19 de Maio de 1618, em que o mesmo rei Filipe II concede aos oficiais da Câmara da Vila de Idanha-a-Nova para fazer uma Casa da Câmara na dita vila, até dois mil cruzados, se gastem das rendas do concelho e dos crescimentos das sisas. Relativamente à construção do Convento de Santo António de Idanha-a-Nova, pelo alvará de 5 de Dezembro de 1628, o rei Filipe III concede licença para que das rendas do concelho, não entrando nisso a sua terça, se*

possam dar cinquenta mil reis em cada ano enquanto durarem as obras e um outro da Chancelaria do citado Filipe III, de 17 de julho de 1630, onde se anota que: «(...) me apraz fazer mercê dos cento e um mil réis dos sobejos das sisas da dita vila, bem como dos sobejos vindouros se os houver pelo tempo adiante para as obras do dito Convento dos Religiosos da Província da Piedade que naquela vila se há-de edificar para que os concedo até de todo se acabarem as ditas obras dele, não entrando nisso coisa alguma da minha terça. (...)»

Se tivermos em conta, como atrás refiro, que estavam sedeados três Conventos Franciscanos nos concelhos limítrofes do de Idanha-a-Nova, o de Nossa Senhora do Seixo, no Fundão, desde 1526, os de Santo António, em Castelo Branco, desde 1562, e Penamacor, desde 1571, naturalmente que o povo de Idanha-a-Nova conjuntamente com as autoridades locais, os oficiais da Câmara, manifestassem redobrado interesse na fundação de um Convento nesta multissecular Vila. Mas não foi fácil tornar-se realidade a sua construção. Sem esmorecimento, mas sim graças à vontade férrea dos oficiais da Câmara da comunidade idanhense, só à terceira tentativa houve luz verde para a sua construção.

Pretendo com esta minha investigação contribuir para um melhor conhecimento de parte do passado religioso da multissecular Vila de Idanha-a-Nova e da história do dito Convento que foi pertença dos Frades Menores da Ordem de S. Francisco, como atrás refiro.

Após as insistentes petições, tornou-se, à terceira visita de um Provincial, então realidade a aceitação pelos Religiosos Franciscanos da construção de um Convento Franciscano em Idanha-a-Nova. Relativamente à sua fundação, Frei Francisco de Santiago, natural de Barcelos, no nº 24 do Capítu-

lo III, Livro VIII da sua manuscrita «**Chronica da Província de Nossa Senhora da Soledade**», com grafia actualizada, segundo o anterior Acor-do Ortográfico, anota o seguinte:

«Aclarou-se neste Capítulo, (realizado no dia 4 de Julho de 1626) em que saiu Ministro Provincial, Frei André de S. Pedro do Sul, os Procuradores da Vila da Idanha que de novo tinham ido com seu requerimento e tornados contentes com bom Despacho esperaram que o mesmo Ministro Provincial na primeira visita da Província fosse ver o sítio que lhe parecesse mais acomodado e assentar com eles o mais que para se fazer o Convento era necessário. Foi o dito Ministro Provincial àquela terra e juntando-se o governo da Vila e principais dela trataram todos acerca do Convento, prometendo eles fazê-lo com a ajuda da Câmara e esmolas do povo que com alvoroço esperavam os nossos Religiosos. Para estes se prepararam logo as Casas da Misericórdia da mesma vila que é junto ao Castelo; aonde estiveram enquanto no sítio que haviam escolhido fizeram recolhimentos bastantes e capazes de se passar a eles. Escolhido e sabido o sítio, era muito para ver aos Mínimos (Frades Menores) e rapazes andar ajuntando nele montinhos de pedras dizendo que era para fazer o Convento sem que este tivesse princípio algum.» (2).

Seguindo a leitura do manuscrito II Tomo da Crónica da Província da Soledade de Frei Francisco de Santiago, sabemos que foi passada uma licença pela Câmara da Vila de Castelo Branco, em 5 de Junho de 1630, para em certos Lugares de seu termo se fazer cal para a obra do Convento, conforme petição feita pelo Guardião Presidente e mais Religiosos do Convento que se queria edificar na Vila de Idanha-a-Nova. Tal informação comprova que a Comunidade franciscana, manteve-se desde a vinda do Ministro Provincial,

Frei André de S. Pedro do Sul, em 1626, e já estava dotada de um Guardião do Convento ainda antes do lançamento solene da primeira pedra no mesmo.

Quanto à cerimónia oficial da colocação da 1ª pedra, a citada Crónica de Frei Francisco de Santiago, em grafia actualizada, segundo o anterior Acordo Ortográfico, regista:

Foi nele lançada a primeira pedra pelo irmão Provincial Frei Custodio da Guarda, em sua primeira visita a dois dias do mês de Setembro do ano de 1630. Ordenou-se para este efeito uma solene Procissão dos Clérigos da Vila, Confrarias e Irmandades, que nela havia: e mostrou bem o povo o contentamento, com que dava principio àquela obra, com as diferentes danças, e instrumentos músicos, que para o dia buscou. Sairão os Frades das Casas da Misericórdia, onde estavam recolhidos, e foram todos ao lugar destinado para o Convento, e fizeram nele a solenidade da primeira pedra.

Foram-se as obras continuando, e brevemente chegou a ter o Convento a perfeição devida, porque foi grande o fervor, com que a devoção da gente daquela Vila se applicava, cada um com o que podia».(3)

Na verdade, trata-se de um modesto e amplo convento rural que, em 1630, ao ser iniciada a sua edificação, se encontrava extramuros da então Vila, como atrás refiro.

O conjunto conventual era composto da ampla igreja conventual, claustro, dormitórios, enfermaria, refeitório, cozinha e extensa cerca destinada a cultivo agrícola. Todo o conjunto conventual encontrava-se de acordo com a privacidade recomendada, isto é, rodeado por um muro forte e alto de pedra, delimitativo não só do dito Convento, bem como da horta, com terraço de magnífica e soberba vista panorâmica, e da respectiva cerca

com sobreiral e onde se conserva a gruta e, a alguns metros de profundidade, a artística fonte da meditação cujo acesso é permitido por uma ampla escadaria.

A construção do convento teve o apoio braçal gracioso de crianças e da gente do povo, mas principalmente o contributo pecuniário do povo conforme atestam ambos os alvarás em que o rei Filipe III concede autorização para as rendas do concelho e dos sobejos das sisas, excepto a terça devida ao rei espanhol, que atrás menciono, e também os donativos da gente abastada do concelho, então constituído pela Vila e os Lugares do Ladoeiro e de Oledo.

Jaime Lopes Dias, numa notícia, intitulada: Convento de Santo António de Idanha-a-Nova, no Jornal **POVO D' IDANHA**, em 22 de Junho de 1916, dá-nos conta do estado lastimável em que se encontrava todo o conjunto conventual, após ter solicitado autorização ao proprietário de então uma visita ao mesmo “ *e assim poderemos fornecer aos nossos leitores as impressões colhidas: falar-lhes dessas ruínas, desse primitivo retiro de religiosidade e misticismo.*” (4)

As citadas obras de adaptação do edifício do convento a habitação familiar foram, em boa hora, iniciadas pelo citado proprietário, sete anos depois da visita do autor da citada notícia, **ou seja, em 1923.**

O Claustro

Uma porta lateral, que seria usada apenas pela comunidade, dá acesso a uma dependência bem próxima do claustro, de planta quadrada, com quatro arcos de volta inteira de cada lado sustentados por colunas. O claustro constituía o centro da vida quotidiana e de recreio do convento.

No centro do claustro é costume haver uma fonte, poço ou cisterna. Actualmente, existe ao centro uma frondosa laranjeira, circundada por um mure-

te de granito aparelhado. Ainda no claustro, em que todo o chão é coberto de lajedo de granito, dei conta de duas sepulturas assinaladas com data.



Claustro do Convento

As Celas

O andar superior tem acesso, no interior por uma bem lançada escadaria de granito que nos conduz à zona das celas. Quanto ao número de frades residentes, apenas colhi a seguinte informação, na citada notícia do Semanário «**Povo de Idanha**»:

«(...) Possuindo grande número de celas, nunca a sua população foi acima dos doze habitantes, isto certamente devido à fraca densidade da população deste concelho e às grandes distâncias de povoado para povoado, que lhes não permitiam fazer boa colheita de esmolas, única origem da sua sustentação.» (5)

A Igreja Conventual



Do ponto de vista arquitectónico, trata-se de um sóbrio conjunto conventual. A Igreja, orientada a Este, era o centro da vida espiritual e religiosa da comunidade residente. Ali ocorriam as celebrações eucarísticas, os ofícios divinos - Invitatório,

Matinas (de noite), Laudes (ao nascer do sol), Horas Menores (Prima, 9 horas; Sexta, 12 horas; Noa, 15 horas), Vésperas (fim da tarde) e Completas (ao deitar) e demais obrigações litúrgicas. O interior do templo, hoje vazio, conta com um amplo espaço a que podiam aceder os fiéis. Foi recentemente restaurado pelo actualmente falecido proprietário, Jerónimo José Manzarra Franco e gosto pela arte de sua esposa, felizmente ainda viva, Maria Manuela Manzarra Franco, havendo o cuidado de preservar a sua traça. É de uma única nave, coberta por uma abóbada de canhão. No seu interior, à entrada, na galilé (alpendre à porta da igreja), de cada lado, incrustada na parede, surge uma pia de água benta de granito e de forma circular.



Alpendre ou galilé

Na altura da visita, Jaime Lopes Dias, refere que: «**Em frente à Igreja, um vestíbulo ou arcada de três largos arcos.**» (6)

No meu entender, os **três largos arcos** que davam acesso ao alpendre em frente da porta da Igreja Conventual, aquando da adaptação do edifício a morada familiar foram substituídos pelo amplo portado actualmente existente.

Do lado do Evangelho, no interior da ex-Igreja Conventual ainda hoje se nota incrustadas na pró-

pria parede, a curta distância uma da outra, duas chapas com nove carreiras de furos que serviam de confessionário e ambas com uma fenda longitudinal para colocação de esmolas. O frade confessor entrava para a dependência por uma porta que abria para o claustro que tivemos oportunidade de observar.



Confessionário, púlpito e coro

Junto do altar-mor, encontra-se uma pedra tumular cuja inscrição refere: Sepultura de João Marquez da Cruz, Sacerdote e de seus Herdeiros, Patronos desta Capella, Ano. Aos pés da lápide, no cento do altar –mor, encontra-se uma pesada tampa rectangular de pedra, com duas fortes argolas, quando levantada, permite a entrada, por uma estreita escada, para o subterrâneo, ou seja o carneiro, local onde os frades residentes, após a morte, dormiam o sono eterno.



Sepultura e tampa do carneiro

Aí, numa das várias visitas que então realizei, graças à gentileza dos proprietários D^a Manuela Manzarra e Sr. Jerónimo Manzarra, após eu ter descido, pude observar, em frente, três nichos que se destinavam a imagens e, dispersas, ossadas e algumas caveiras. Escusado será dizer que senti uma certa emoção e confrangimento sombreados de uma indescritível espiritualidade, perante o lugar sagrado onde repousam os restos mortais de muitos dos frades que, nesta Vila que foi meu berço, se entregaram de corpo e alma à oração, à evangelização não só da comunidade idanhense, mas das circundantes, conforme se comprova com despesas das Santas Casas da Misericórdia com o pagamento aos frades responsáveis pelos sermões, durante a quaresma, certamente em especial, durante a semana santa, à sua solitária caminhada de alforjes ao ombro, recolhendo esmolas de porta em porta em famílias de posses, na Vila e nas comunidades vizinhas, para sustento dos mesmos, a cuidar da horta da cerca e das árvores de fruto, a apascentar o rebanho em terrenos cedidos pelos homens da governança da Câmara Municipal. Ainda hoje e certamente até à minha finitude terrena, sempre que bailam no meu pensamento os precisos momentos da descida ao carneiro, há um estremecimento involuntário que me percorre o corpo e, de forma inesperada e espontânea, dou comigo a orar por todos os que serviram a comunidade conventual e por todos os que contribuíram para o seu sustento.

No alto, junto ao altar-mor, do lado do Evangelho, abre-se uma pequena fresta que no andar superior demos conta que coincide com um pequeno cubículo que parece ser uma exígua cela. Era no andar superior que se localizavam as demais celas e se fazia o acesso ao coro alto da Igreja conventual que é iluminado por uma janela rasgada na fachada principal.

O coro alto de madeira mantém-se também com gradeamento de madeira, bem como o acesso ao mesmo.

De entre os vários costumes dos Idanhenses em que participavam em cerimónias religiosas promovidas pelos frades na Igreja Conventual, destaca-se a de Quinta Feira da Ascensão em que «o Juiz do Espírito Santo e o alferes com a bandeira e os seus foliões iam assistir à Hora Noa.» (7) Esta, segundo a tradição foi a hora em que Jesus Cristo terá expirado na cruz e subido ao Céu. Nesta cerimónia festiva, os responsáveis tomariam parte na Procissão com o Santíssimo Sacramento, conduzido na custódia, dentro da Igreja Conventual.

Para os católicos a hóstia consagrada é o Corpo do Salvador vivo, unido ao Seu sangue, à Sua alma e à Sua divindade.

Não poderia acabar a descrição da Igreja conventual sem falar dos altares da mesma, mas nas Crónicas da autoria dos frades a que tive acesso não se encontram referências à sua descrição.

Inventário dos bens do extinto Convento

Até às convulsões, surgidas desde o início do século XIX, a fundação de comunidades franciscanas não havia parado de crescer. Quando em 1834, o governo liberal de D. Pedro IV decreta a extinção das Ordens religiosas em Portugal, havia cerca de 160 conventos franciscanos, com perto de 4000 religiosos.

O abandono forçado dos Conventos pelos frades onde haviam passado tranquilamente a maior parte da sua vida foi, no dizer de Alexandre Herculano: «(...) **obra brutal, quase por toda a parte brutalmente executada**». (8)

É certo que havia abusos e relaxação que mereciam legislação adequada a remediá-los, evitando-se assim destruir pela raiz a vida monástica que a maioria abraçava, repartindo as horas de todos os dias entre o amor a Deus e ao próximo. É certo

que entre os frades e freiras, alguns não primavam pelas suas virtudes, pois recolhiam aos Conventos sem vocação. Assim acontecia com os filhos segundos das casas nobres, com outros desregrados que a boa fama de família obrigava ao recolhimento em Convento e o mesmo acontecia com certas donzelas, para não contraírem casamentos desiguais. Mas a maioria respondia ao apelo de Jesus Cristo, abandonando barcos e redes, abandonando o mundo, para viverem à semelhança de Jesus Cristo. Porque a seara é grande e os ceifeiros poucos, muitos decidiram ser missionários em longínquas paragens com profícua actividade pastoral e pedagógica.



Fachada poente

Um estudo de Jaime Cortesão (1884~1960) intitulado **O franciscanismo e a mística dos Descobrimento** refere:

«(...) *Aproximando-se o homem da Natureza e substituindo um ideal contemplativo e de aspirações extraterrenas por um cristianismo amorável e pragmático, o franciscanismo dissipou a sombra de maldição e terror que pesava sobre a Vida e sobre a Terra, e abriu caminho à marcha do homem no planeta.*» (9),

Como atrás refiro, após a extinção das Ordens religiosas, pelo Decreto de 30 de Maio de 1834, os bens das mesmas foram incorporados nos bens

da Fazenda Nacional. Todavia, há apenas a seguinte excepção: os objectos de culto, como os vasos sagrados, paramentos e alfaias religiosas foram entregues aos ordinários das dioceses.

O mesmo Decreto estipula as normas para a extinção das ordens religiosas e desamortização dos respectivos bens, indicando os procedimentos a seguir na elaboração dos inventários, avaliação dos bens, nomeações e arrematações.

O dito decreto de 30 de Maio de 1834 teria de ser cumprido. Em todas as localidades onde havia Conventos, após a publicação do mesmo, procedeu-se à elaboração do Inventário dos seus bens. Assim aconteceu também com o confiscado Convento de Santo António de Idanha-a-Nova.

Deduzi pelos bens inventariados, no Convento, que demonstram penúria, por estarem bem patentes a humildade e pobreza franciscanas. Lamentavelmente, quanto à Biblioteca que continha livros de piedade, de teologia, sermonários e documentos diversos do Convento, muitos em mau estado de conservação, apenas há, na Igreja Matriz uma meia dúzia, bem como não há descrição de imagens e dos altares de ambas as Igrejas, a Conventual e a de S. Francisco, como acontece, noutros Inventários relativos a outros Conventos que tivemos o cuidado de os ler.

Está provado que houve muito pouco zelo e falta de aturada vigilância, em tentar guardar os respeitáveis livros, documentos e obras de arte, na ocasião da extinção dos Conventos, em 1834, daí que se tornasse fácil o desvio de tão precioso espólio.

Do Inventário referente ao Convento de Santo António de Idanha-a-Nova existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo do qual solicitei fotocópia vou dar conta dos responsáveis pelo mesmo. Os bens inventariados poderão ser consultados no meu livro relativo ao Convento de Santo António de Idanha-a-Nova.

A 5 de Julho de 1834, foi nomeado pelo Juiz de Fora da Vila de Idanha-a-Nova, Doutor José Lopes Xisto, o Procurador Fiscal, Doutor José Bento Lucas de Sequeira, Louvados (avaliadores) para prédios rústicos e urbanos e móveis de madeira, José de Sousa Magro, carpinteiro, José Gomes, pedreiro, e mandara pelo Escrivão, Francisco Ramos de Brito, notificar para os semoventes, os Louvados do Concelho, Francisco Afonso Cardoso e José Checho bem como o Regente ou Administrador do extinto Convento, Frei António do Mosteiro e Silva e o Reverendo Cura da Freguesia de Idanha-a-Nova, Padre Joaquim Pedro da Silveira. No mesmo dia, procedeu-se ao Juramento do Procurador Fiscal e do Regente ou Administrador do extinto Convento e se iniciara o arrolamento do recheio do Convento, conforme consta da assentada que a seguir se transcreve, para depois, nos dias 13 e 14 de Julho do ano de 1834 se ter procedido à arrematação dos ditos bens arrolados. Registarei, a seguir, resumidamente do que consta, no livro da minha autoria, no início mencionado, fruto do resultado das investigações, na Torre do Tombo, como atrás menciono, e nos registos paroquiais, referentes a algumas notas sobre a venda do edifício, cerca e dos autos de arrematação dos bens inventariados no mesmo.

Assentada: *«E logo, no mesmo dia, no extinto Convento de Santo António desta vila, aonde vim com o Doutor Juiz de Fora desta Vila, José Lopes Xisto, e o Doutor José Bento Lucas de Sequeira, Procurador Fiscal para efeito de se dar princípio à descrição de todos os bens que houver no dito convento extinto Convento de que fiz esta assentada. Eu, Francisco Ramos de Brito, a escrevi.»* (10) De seguida, apenas passo a mencionar os títulos, não constando assim a relação dos bens inventariados. O edifício do Convento e a cerca, após a extinção das Ordens Religiosas Masculinas

e nacionalizados os seus bens, como atrás referimos, foi arrematado em conformidade com os artigos 1º e 2º da Carta de Lei de 8 de Junho de 1841, a João Lopes Pastor, graúdo investidor que foi arrematante de mais vinte. Mais tarde, abandonado e em ruína, foi adquirido pela família Sarafana, Diogo Correia Sampaio Soutto Maior, possuidor da morada de casas com a capela de Santa Marinha, sita na Rua da Carreira, que por sua vez o vendeu à família Manzarra Franco. Jerónimo José Manzarra Franco, recentemente falecido, e sua Esposa, D^a Manuela ... Manzarra, nos últimos anos, realizaram obras de conservação e beneficiação de acordo com a traça da ex-Igreja conventual.

Conforme informação de Jerónimo José Manzarra Franco, em 18 de Janeiro de 2006, o edifício encontrava-se em deplorável estado de abandono, de degradação e de ruína, quando, em 1923, seu pai decidiu recuperá-lo para sua morada, tendo apenas acrescentado, no exterior, a artística escadaria, frontal ao edifício, que passou a dar acesso ao primeiro andar.



Escadaria de acesso ao 1º andar

Dado que, no decurso das minhas investigações e também nos autos de arrematação, nada consta relativamente aos altares da Igreja Conventual, como atrás referi, e desconhecendo outras fontes

documentais, apenas continuei a saber pela tradição oral que o altar-mor do Convento tinha ido parar à Igreja Matriz de S. Miguel de Acha e que também haviam pertencido ao mesmo, os dois altares laterais da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova.

Até que, num certo dia, lembrei-me de citada notícia que havia lido, em tempos, no Semanário Povo d' Idanha onde Jaime Lopes Dias faz referência aos altares da seguinte forma:

«(...) Dos altares, parte dum foi, ao que nos informam, para completar um altar da Misericórdia (de Idanha-a-Nova) e o restante talvez arden-do na lareira, a aquecer algum mortal em noites de invernia. O outro (altar), bem como o púlpito, foi vendido para S. Miguel d'Acha. Deste púlpito resta ainda um belo portado de mármore e sopé de pedra com um serafim, tendo de cada lado uma águia. É trabalho bem acabado. (...)» (11)



Altar-mor

Está de parabéns a comunidade de S. Miguel de Acha por continuar a preservar o precioso e histórico altar-mor da sua Igreja Matriz e de um modo especial, a Comissão de Cidadãos que pretende restaurar as sete telas do mesmo, as quais o Professor Doutor Vítor Serrão de especial competên-

cia no domínio da História de Arte, considera que é **“do melhor que subsiste, quanto a pintura antiga, no Distrito de Castelo Branco.”** (12)

No meu parecer, merece também repetidos parabéns a comunidade pela razão que a seguir explico. No livro *“Autos de Memórias de Entre duas Idanhas”*, da autoria do Pároco de Idanha-a-Nova, há 49 anos, Pe. Adelino Américo Lourenço, consta o Inventário dos paramentos, vasos sagrados, alfaias e utensílios pertencentes à Igreja de Idanha-a-Nova, datado de 17 de Junho de 1839, existente no Arquivo da Paróquia de Idanha-a-Nova, que pertenceram ao Convento de Santo António da Vila de Idanha-a-Nova. De entre os vasos sagrados, paramentos e outros utensílios menciona, com grafia segundo o anterior Acordo Ortográfico: «(...) Uma chave de prata que servia no sacrário do extinto Convento de Santo António tem de peso 1 onça e 1 oitava; uma custódia de prata perfumada e grande tem de peso 18 marcos e 5 onças; *«Outra Custódia, mais pequena também de prata que era do extinto Convento de Santo António, tem de peso 7 marcos e 6 onças (...)*».

(13)

Felizmente, tive já oportunidade de conhecer a custódia ou custódias existentes, na actualidade, em todas as Paróquias do Concelho de Idanha-a-Nova e reconheço que a mais artística e a mais preciosa de todas as Paróquias é a de S. Miguel de Acha. Tenho reflectido muito sobre o assunto e permitam-me, os leitores, que eu possa alvitrar que possivelmente a custódia de S. Miguel de Acha poderia ter vindo, tal como o altar-mor e o púlpito, do Convento de Santo António da Idanha. A adoração ao Santíssimo Sacramento, na custódia, era prática comum na comunidade dos frades e, certamente em outras procissões, para além da de Quinta-Feira da Ascensão, como atrás refiro. Dada a relevante importância da adoração ao Santíssimo Sacramento, o meu alvitre parece-me ter algum fundamento, se tivermos em conta que po-

deria ter existido, no início uma custódia no Convento, que poderá ser a que se encontra, na Matriz de Idanha-a-Nova e, posteriormente, ter sido adquirida pelos frades uma outra mais esplendorosa. Perante tal enigma, eu estou muito convencido que a comunidade de S. Miguel de Acha também merece repetidos parabéns por possuírem a mais artística e preciosa Custódia do actual concelho de Idanha-a-Nova e certamente também pelo seu valor histórico, caso surja documentação comprovativa de ter pertencido ao dito Convento...

Conclusão

Os Conventos, ao longo dos séculos, foram não só centro de irradiação de espiritualidade e de vida religiosa, mas também de cultura e arte e guardam, dentro dos seus altos muros, importantes testemunhos de uma vida solitária, de meditação e de oração, de uma vida de pobreza evangélica pessoal e colectiva, de vidas de prática de obras de caridade, de vidas de virtude e de santidade. Em suma, no caso da Idanha, o ex-convento, em meio rural, mesmo com as dependências sem a funcionalidade de outrora e a cerca descaracterizada, encerra uma inegável riqueza patrimonial, cultural, religiosa, mística e paisagística.

A actividade pastoral e evangelizadora irradiada a partir do Convento de Santo António de Idanha-a-Nova, ao longo de mais de dois séculos, não só na Vila, mas por todo o actual Concelho, constituiu um precioso contributo para que as tradições religiosas, de um modo especial as quaresmais, que chegaram até nós ainda imbuídas de tamanha espiritualidade sejam fruto de semente lançada nos corações dos nossos antepassados pela humilde comunidade religiosa dos Frades Menores da Ordem de S. Francisco. A nós, cabe-nos o dever de preservá-las, passando o testemunho às gerações do amanhã, com a devida actualização aos tempos que vão decorrendo.

António Silveira Catana

- (1) Marques, João Francisco, *Parentética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2010.
- (2) Santiago, Frei Francisco de, *Chronica da Província de Nossa Senhora da Soledade da mais estreita e Regular Observância do S. P. S. Francisco do Instituto dos Descalços no Reyno de Portugal – Tomo II*, manuscrito, pp. 339.
- (3) Santiago, Frei Francisco de, *Obra citada*, pp. 341.
- (4) Lopes Dias, Jaime, *O Convento de Santo Atónio de Idanha-a-Nova*, *Semanário POVO D' IDANHA*, Ano I, nº51, 22 de Junho de 1916, pp. 2.
- (5) Lopes Dias, Jaime, *Obra citada*, pp. 2.
Idem.
- (6) Santiago, Frei Francisco de, *Obra citada*, pp. 343.
- (7) Herculano, Alexandre, *Opúsculos, Os Egressos (1842) Tomo I*, Livraria Bertrand 6ª Edição, Lisboa, 1873, pp. 147.
- (8) Cortesão, Jaime, *O franciscanismo e a mística dos Descobrimentos*, *Revista de las Españas*, Janeiro e Fevereiro de 1932 e *Seara Nova*, de 2 de Junho de 1932.
- (9) Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Inventário do Convento de Santo António de Idanha-a-Nova*, A.N.T.T. nº184, (cx2220), pp.3.
- (10) Lopes Dias, Jaime, *Obra citada*, pp. 2.
- (11) Serrão, Vítor, *Surpresas que traz a Raia beirã*, mural do Facebook do autor, em 1 de Junho de 2019.
- (12) Lourenço, Pe. Adelino Américo “Autos de Memórias de Entre duas Idanhas”, Edição da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Idanha-a-Nova, 2006, pp. 304. Lourenço,
- (13) Pe. Adelino Américo “Autos de Memórias de Entre duas Idanhas”, Edição da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Idanha-a-Nova, 2006, pp. 304.



Residência de Frederico Capelo Manzarra Franco (1935)